

JUICIO DE INCONFORMIDAD.

UNA PROPUESTA GARANTISTA PARA LA DEFENSA DEL VOTO.¹

S unari o **INTRODUCCIÓN. I. CONCEPTOS.** 1 Juicio de Inconstitucionalidad 2
Ca ndat os. 3 Parte, le itimaci ne i ter s u d o **II. MARCO CONSTITUCIONAL.** 1
C onstit u i n P d tica d e l os sta dos n idos e ica nos. 2 / rata dos I ter maci omes. 2 1
eclaraci n i nersal d e l os erec os u na nos. 2 2 eclaraci n merica m d e l os
erec os e eres d el om re. 2 3 C on e rri n merica m s o re erec os u na nos. 2.
Pact o I ter maci omal d e erec os Ci iles P d ticos. 2 . C rte I teramerica m d e erec os
u na nos. **III. MARCO LEGAL.** 1 e e eral d el Sistema d e e dos d e l m u mci ne n
ateria lect oral. 2 e islaci ones statales. **IV. ANTECEDENTES HISTÓRICOS.** 1
C onstit u i n d e C d . 2 C on cat oria a C rtes. 3 ases ara las lecci ones d el e o
C on res o . e es C onstit u i omes. . P ro ect o d e C onstit u i n e r nica lect oral.
. e lect oral d e l 1 . e lect oral d e l 1 1 . e lect oral ara la f o maci n d el
C on res o C onstit u e nte. 1 . e lect oral d e l 1 . 1 1 e ara la lecci n d e P o d res
e d rales. 1 2 e lect oral e d ral d e l . 1 3 e lect oral e d ral d e l 1 1 1 . ecret o
e reforma d ers os art cul os d e la e lect oral e d ral. 1 . ecret o e reforma l os
art cul os 1, 2 fracci n II, , , , 1, 2 , , fracci n II rraf o fimal, 3
fracci ones II I, fracci ones I, II III, 1 fracci n 1 1 1 fracci n III d e la e
lect oral e d ral. 1 . e e d ral lect oral. 1 . e e d ral d e r a naci ones P d ticas
P ro ces os lect oales. 1 . C d o e d ral lect oral. 1 . ecret o e l e se crea el C d o
e d ral d e I nstit u i ones P ro e d m i e r t os lect oales. 2 . eforma o 3 d el C d o e d ral
d e I nstit u i ones P ro e d m i e r t os lect oales. **V. CONCLUSIONES. VI. PROPUESTAS.**
VII. BIBLIOGRAFÍA. VIII. LEGISLACIÓN.

RESUMEN Y PALABRAS CLAVES.

El presente trata a otienre como o etio e general resenar un a noma del medio de im unaci n e nosa ua ara ente n d r la i n d i c i n d e la t u e l a d e l d e r e c o a s e r d a d o e n s u e r t i e n t e d e a c c e d e r a l c a r o l i e o m e d a n t e u n a e l e c c i n C o m o s e e r a , l a r o u e s t a d e a m l i a r l a l e i t i m a c i n a r a i m p a r l a d e f e n s a d e l d o a l o s c a n d i d a t o s e s a c o r d e c o n e l r o i o s i s t e m a i s t r i c o d e l a a r t i c i p a c i n e n l a s e l e c c i o n e s , s e n l a i s i n r e s e n a d e l u c i o d e i n f o r m a d d l a s a s e s c o n s t i t u c i o n a l e s e i n t e r n a c i o n a l e s d e d e r e c o s u n a n o s . o c o m e t o s u s e d e s a r r d l a n e n e l p r e s e n t e t r a a o s o n e l d e u c i o d e i n f o r m a d d l e i t i m a c i n i n t e r s u d c o c a n d i d a t o s .

INTRODUCCIÓN.

El juicio de inconstitucionalidad un medio de control constitucional en el Ecuador general, los artículos dicitos, corresponde en los candidatos, es nulestima para imponer actosres de los poderes de las autoridades electorales se a parte de la Constitución de la ley, es eficazmente, en la etapa de comitatos resultados de las elecciones

¹ mar el a do C e . a a p o e n e r e c o l e c t o r a l . S e c r e t a r i o d e s t u d e C u r t a e i o m l d e l r i u p l e c t o r a l d e l P o d e r J u d i c i a l d e l a e d e r a c i n S a l a e i o m l u d a l a a g e

Se en el decisorio de la Real Academia de la Lengua, se tiene por
imunitaria la acción de efecto de impedir, a su vez, significa con atracción de
refutar, en el mismo sentido que es interponer un recurso contra una resolución judicial.
2 3.

Unerto rise o Sierra afirma que la ecuariedad es sinuaria a la instancia
imunitaria es la resistencia de resistir la existencia, y produce efectos de ciertas clases de
actos jurídicos, al 1, 1. Esto es, una imunitaria se dirige a contrarrestar
relarse, a no estar de acuerdo con una determinación judicial y efectos.

Gratificación de los medios instrumentales de la ley esta lección para contrarrestar actos
ores de un auctoridad de la contraparte de un (Jefe o Palomar 1, 2, a un
estotismo la partición de una de las partes, no obstante en la materia electoral, es su
finalidad no se dirige directamente en contra de un actuar de particulares una relación de
iguales, o decirlo de otra forma, si no contra determinaciones o actos de una rama,
dirige efecto al campo de acción en un proceso electoral.³

Señor José de Jesús Coarruías, asimismo, los medios de imunitaria en materia
electoral son los recursos jurídicos a través de los cuales los actores o ramos en conato no
luchan contra actos de auctoridad y beneficia a terceros interesados o con acreedores, o
considerar que los actos o resoluciones se han dictado contra la constitucionalidad de la
ley o de los principios del derecho electoral, o tanto afecta al ordenamiento jurídico que el
interés de la sociedad el orden (Lic. Coarruías 2, 1).

En este sentido nuestro modelo de imunitaria consiste en un instrumento jurídico o procesal
para contrarrestar una decisión emanada de un rama administrativa o contra la ley el marco
constitucional de la ley, el cual debe ser arrojado a la finalidad de anularlo o de sus efectos.

Con lo anterior, nos encontramos ante un medio de contrarrestar constitucional o estar
reconociendo la Carta Magna, dirigida a anular los actos de las autoridades o se a parte en
esta.

José Unerto Arate Preindica que el juicio de inconstitucionalidad es el medio de
imunitaria en los asuntos de tipo, y constitucionalmente los candidatos registrados, están
en igualdad de condiciones de interponer, durante el proceso electoral federal, el mismo en
la etapa de resolución de declaraciones de validez, cuya competencia se dirige a impedir
la Sala competente del Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación en las
determinaciones de las autoridades electorales federales, en concreto de los Consejos
electorales locales del Instituto Electoral Federal, y de las normas constitucionales o
leyes relativas a las elecciones de Presidente de los Estados Unidos Mexicanos, se manifiesta
de modo claro al 1, 1.

Si bien no menoscaba la naturaleza completa de este instrumento procesal, al final,
reconoce contra lo se dirige a contrarrestar los resultados de las elecciones federales o erró
aritmético número de casillas o de elecciones como cuestiones de irrelevancia de
candidatos, tiene como finalidad para ratificar la constitucionalidad de la ley o de los
resultados de las elecciones de presidente, se manifiesta de modo claro federales.

³ Sobre el tema, el doctor Guillermo Méndez que el proceso electoral es una función primaria desarrollada
por el sistema electoral para la realización de la voluntad de los poderes electorales o le islato en donde se de
variar hacer, dar los principios rectores de la función electoral, certeza, legalidad e independencia,
imparcialidad o equidad (artículo 211, 1, 1).

s decir, todos los actos res d u i o n e s d e l a s a u t o r i d a d e s e l e c t o r a l e s / s e s u e n t e n i n a r i a l e m e n t e a l o s p r i n c i p i o s d e c o n s t i t u c i o n a l i d a d l e a l i d a d d a n d o p r e n t i d a d a l o s d i s t i n t o s a c t o s e t a s d e l o s p r o c e s o s e l e c t o r a l e s , p a r a n i a n d o l a p r o t e c c i o n d e l o s d e r e c h o s d i c t o e l e c t o r a l e s d e l o s c i u d a n o s .

m e l o a n t e r i o r , p r o o n e m o s c o m o d e f i n i c i o n d e l v i c i o d e i n c o n f o r m i d a d c o m o a u l m e d o d e i m u n i c i n i c a d o d e u n a r t i d o d i c t o o c a n d i d a t o e n l o s c a s o s e s e c i f i c a d o s p o r l a l e y , p a r a c o n t r o l a r l o s a c t o s r e s d u i o n e s d e l a a u t o r i d a d e l e c t o r a l f e d e r a l , e n a r a d a d e o r a n i z a r l o s p r o c e s o s e l e c t i v o s , p o r s e r c o n t r a e n t e s d e l a C o n s t i t u c i o n d e l a e s t a d o d e l a l e g i s l a c i o n d e l a m a t e r i a , a f i n d e q u e p a r t o s e a r e c o n d o m o d i f i c a d o a l s e r l a i n t e r v e n i e n d o e n l o s a c t o s p o r e l r a n o m i s d e c i o n e s e s p e c i a l i z a d o e n m a t e r i a e l e c t o r a l .

2 C a n d i d a t o s .

a l a r a c a n d i d a t o r o i e n d e l l a t i n c a n d i d a t o , s e r e f i e r e a u n a p e r s o n a q u e a l a t o a l a r a , c a n d i d a t o , p o r t a n e n l a a r t i c u l o e l e c t o r a l q u e o m a n e s p e c i a l m e n t e a u n p o s t o p u b l i c o p a r a s i m b o l i z a r l a u n i d a d d e s u s i n t e n c i o n e s e n l o s p r o c e s o s e l e c t o r a l e s . e n l o s c a s o s d e l i c i t o c o n t r a l a l i b e r t a d d i c t a l l a m a d o a m i t o , e r a r e f i m i d o p o r l a l e y J u l i a , s a n c i o n a l a s c o n d u c t a s q u e r e s t r i n g e n l a l i b e r t a d d e e l e c t i v o , c o m o e l c a s o d e l c a n d i d a t o s e r e s e n t a r a n c o n t r a e s i s t e n c i a e n l u a r e s c o n c u r r e n d o a s e a s e o r i n l a c o s t u m b r e d e u s a r a n l a t r i c a l a r a I . P . C .

P o d a m o s d e c i r q u e s e l a p e r s o n a n o m i n a d a p a r a c o n t e n d e r p o r u n p o s t o d e e l e c c i o n o u a r s a t i s f a c e l o s r e q u i s i t o s d e e l e g i b i l i d a d s e l e c c i o n a r i a d e l d e r e c h o a t i e n e i l m e J 2

de Imu nci ne n ateris lect oral, se esta lece u od n artici ar c on oc a d ua res

le itimaci n en el a tres os lo com ete a neres desi ren com ore reseñantes los entes
artistas. st o a lica c andose a duca nca pas de n lidad o de err o aritmtic q ero no
c ando el m di o de contr o ersia erse se re la i rele i lidad de candi os, en donde est os
se e r contrar n le itimados en la g nsa en el r oes q ero im edos ara desi nar
re reseñantes.

Se n el artículo de la ley electoral federal, el inciso de informados lo od ser romo idos a los artidos d tieos, los cand atos, e el si amente c ando a m di os d i n e l i l i d l a a u o i d e l e c t r a l c a f e s o n d e r e d e c i d a n o a r a r l e s l a c o n s t a n t e d e m a a o d e a s i m i n d e r i m e r a m i n o a. n t o d o s l o s d e m s c a s o s, s l o o d n i r t e r e n c o m o c a d u a r t e s.

En este caso los titulares ~~u~~ ~~ostentan~~ el monodivino de la acción del juicio de inconstitucionalidad ~~artidos~~ ~~dictos~~ ~~a~~ ~~trás~~ ~~de~~ ~~su~~ ~~re~~ ~~se~~ ~~ñal~~ ~~tes~~ ~~acre~~ ~~di~~ ~~ta~~ ~~dos~~ ~~a~~ ~~nte~~ ~~los~~ ~~r~~ ~~an~~ ~~os~~ ~~a~~ ~~sea~~ ~~d~~ ~~ist~~ ~~ri~~ ~~ta~~ ~~les~~ ~~o~~ ~~o~~ ~~ie~~ ~~na~~ ~~ellos~~ ~~u~~ ~~ostentan~~ ~~la~~ ~~re~~ ~~se~~ ~~ñal~~ ~~ci~~ ~~o~~ ~~n~~ ~~m~~ ~~e~~ ~~d~~ ~~a~~ ~~n~~ ~~e~~ ~~c~~ ~~u~~ ~~l~~ ~~u~~ ~~e~~ ~~r~~ ~~o~~ ~~i~~ ~~n~~ ~~s~~ ~~t~~ ~~r~~ ~~u~~ ~~m~~ ~~e~~ ~~n~~ ~~t~~ ~~o~~ ~~a~~ ~~sea~~ ~~o~~ ~~m~~ ~~i~~ ~~n~~ ~~i~~ ~~s~~ ~~t~~ ~~e~~ ~~r~~ ~~i~~ ~~o~~ ~~e~~ ~~s~~ ~~t~~ ~~a~~ ~~t~~ ~~u~~ ~~a~~ ~~r~~ ~~i~~ ~~o~~ ~~o~~ ~~d~~ ~~e~~ ~~r~~ ~~e~~ ~~n~~ ~~e~~ ~~l~~ ~~c~~ ~~a~~ ~~s~~ ~~o~~ ~~d~~ ~~e~~ ~~i~~ ~~n~~ ~~t~~ ~~r~~ ~~a~~ ~~r~~ ~~l~~ ~~a~~ ~~e~~ ~~l~~ ~~e~~ ~~c~~ ~~c~~ ~~i~~ ~~o~~ ~~n~~ ~~d~~ ~~e~~ ~~P~~ ~~r~~ ~~e~~ ~~s~~ ~~i~~ ~~d~~ ~~e~~ ~~n~~ ~~t~~ ~~e~~ ~~d~~ ~~e~~ ~~l~~ ~~o~~ ~~s~~ ~~s~~ ~~t~~ ~~a~~ ~~d~~ ~~o~~ ~~s~~ ~~r~~ ~~i~~ ~~d~~ ~~o~~ ~~s~~ ~~e~~ ~~i~~ ~~c~~ ~~a~~ ~~n~~ ~~o~~ ~~s~~ ~~o~~ ~~n~~ ~~i~~ ~~d~~ ~~a~~ ~~d~~ ~~e~~ ~~t~~ ~~o~~ ~~d~~ ~~a~~ ~~e~~ ~~l~~ ~~e~~ ~~c~~ ~~c~~ ~~i~~ ~~o~~ ~~n~~ ~~o~~ ~~r~~ ~~e~~ ~~l~~ ~~r~~ ~~e~~ ~~se~~ ~~ñ~~ ~~a~~ ~~n~~ ~~t~~ ~~e~~ ~~d~~ ~~e~~ ~~l~~ ~~a~~ ~~r~~ ~~t~~ ~~i~~ ~~d~~ ~~o~~ ~~d~~ ~~i~~ ~~c~~ ~~t~~ ~~i~~ ~~o~~ ~~o~~ ~~c~~ ~~a~~ ~~l~~ ~~i~~ ~~c~~ ~~i~~ ~~n~~ ~~r~~ ~~e~~ ~~i~~ ~~s~~ ~~t~~ ~~r~~ ~~a~~ ~~d~~ ~~o~~ ~~a~~ ~~n~~ ~~t~~ ~~e~~ ~~e~~ ~~l~~ ~~C~~ ~~o~~ ~~n~~ ~~s~~ ~~e~~ ~~j~~ ~~o~~ ~~e~~ ~~r~~ ~~a~~ ~~r~~ ~~a~~ ~~l~~ ~~I~~ ~~n~~ ~~s~~ ~~t~~ ~~i~~ ~~t~~ ~~u~~ ~~o~~ ~~e~~ ~~d~~ ~~e~~ ~~r~~ ~~a~~ ~~l~~ ~~e~~ ~~c~~ ~~t~~ ~~r~~ ~~a~~ ~~l~~.

I actuar del instituto d' ticoes el ~~re domi n e neste me d o d e im / u r a c i o n e s~~
 osee la cali d a d d e arte o r e c e l e n r i a , e s e l n i c o l e i t i m a d o a r a r e m o e r l o s e a c o m o
 e n t e i n d i d u a l o c o m o c a l i c i o n c o n l a s a l e d a d d e i r e l e i n i d a d s i t u a c i o n e s c o n s i d e r o
 i n s t i f i c a d a .

Sobre estas grandes rasas, Jean Paul Sartre lea Contr, se ala e al ser los
artidos los osee dores del mono dio del drec o a la otuaci n de candat os ser
e rti dades de i nter s lico e tie n e n o n o f i n o r m a n d a t o c o n s t i t u i o n a l l a i n t e r a c i o n
de la re re se n t a c i o n n a c i o n a l, e s e l l o s o n l o s r i n c i a l e s i n t e r e s a d o s e n e l a r o l a
o s e r a m i a a l r i n c i o d e u i d e i d a d e n e l r o e s o e l e c t o r a l p e r 2 , 1 .

merq esa c once ci n no stifica la istoria e l ui a del uicio de i re orfomi da ri
satisface a le nit u a l a l u de los drec os una nos t u e l a dos e n i s t r a d o s i n t e r m a c i o n e s ,
la im osi l i d a d d e l o s c a n d i d a t o s a l a c c e s o a l a u s t i c i a p a r a d e f e n d e r e l d o q u e s u n
m o n o d i o a r a r o o r e r c a n d i d a t o s n o d e e t r a d u c i r s e e n l a d o m i n a c i n a s d u a d e l a
d e f e n s a C o n s t i t u c i o n a l d e l e a l i d a d d e l d e r e c h o a s e r e s t a d o

s una limitaci nle al e, a esar de el q en la m t uale a u dca de la le itimaci n
notie re stificaci ns ufcie rte, al ser l os ca nd d t os una arte ese ncial del r oesoelect oral,
res lta ndoi mmerci do e dar circ unscrit oa mer os c a d ua rtes de l os arti dos, clar oest , si
es e r om e nel uci o e nos ata e.

sto s o s l a a u l a c a c i d a d a r a a c t u a r d e n t r o d e l a l e i s l a c i n e l e c t o r a l e n l a c a c i d a d d e e r c i c i o l a c u a l e s l a a t i t u d a r a r e a l i z a r a c t o s u n d e o s o s m i s m o e n u n u c i o q u a s e a c o m o a r t e o c o m o r e s e n t a n t e d e l o s a r t i s t a s d i f i c i l e s p e r 2 .

Per l'ultimo del tema del inter s u dco a si do Desarr dila do / or el ri ual lect oral del Poder Judicial de la e d r a c i n c o m o l a a f e c t a c i o n a u n d r e c o s t a n c i a l d e l a c t o r a l a e s t e a c e r u l a i n t e r e n i n d e l r a n o u i s d c c i o n e s n e c e s a r i a t i l a r a l o r a r l a r e a r a c i n d e s a c o n u c i a c i n m e d a n t e l a f o r m a c i o n d e a l n l a r e a m i e n t e n e n t e a

⁶ a erce ci nci u d m i d e n t i f i c a a l o s a r t i d o s d t i c o s c o m o u c e r r a d o s æ o a c c e s i l e s e n t r m i n o s
d e a r t i c i a c i n r e r e s e n t a d i n m m e r i c 2 , 1 .

o tener el dictado de una sentencia, o tener el efecto de reemplazar, modificar el acto o las resoluciones reclamadas, o reducir la consistencia de la restitución demandada en el caso del reemplazo de los derechos electorales. Si se satisface lo anterior, es claro que el acto tiene interacción directa con el medio de impugnación local, conduciendo a la suspensión del mérito de la sentencia. 2. 2.

Por tanto, desde el aspecto formal, los candidatos se ven afectados en el juicio constitucional cuando es directamente sus sondeos, pudiendo tener legitimación para acudir a interacción de los sondeos de la defensa del proceso en la corte electoral y en la cual resultan envidiosos, o la remisión de la acción de nulidad de los actos contrarios a la Carta a la ley, incluso al contrario que la defensa de su propio derecho directamente con otros intereses de los sondeos de un nuevo juicio de inconstitucionalidad.

II. MARCO CONSTITUCIONAL.

1. Constitución Política de los Estados Unidos Ecuatorianos.

Son los artículos 1, 1, 3, 1, 133 de la Carta a la ley, los que contienen la norma técnica relativa al juicio de inconstitucionalidad de forma indirecta.

El artículo 1 contiene la norma fundamental de los derechos humanos, es en los Estados Unidos Ecuatorianos todas las personas gozan de los derechos humanos reconocidos en esta Constitución y en los tratados internacionales de los que el Estado Ecuatoriano sea parte, así como de las garantías para su protección, cuyo ejercicio no podrá restringirse ni suspenderse, salvo en los casos y bajo las condiciones que esta Constitución establece. Todas las autoridades, en el ámbito de sus competencias, tienen la obligación de promover, respetar, proteger y garantizar los derechos humanos de conformidad con los principios de universalidad, interdependencia, indivisibilidad y reciprocidad.

El artículo 1, esta ley, entre otras cosas, los principios de un acceso efectivo a la justicia.

Son prerrogativas del ciudadano que, en el artículo 3, fracción II, el poder ser dado para todos los casos de elección, no podrá ser dado para cualquier otro caso de omisión que tiene las calidades de esta ley a la ley.

El numeral 1, último párrafo, refiere al establecimiento de un sistema de medios de impugnación para garantizar los principios de constitucionalidad de los actos y resoluciones electorales. El sistema de definitividad de las distintas etapas de los procesos electorales garantizará, recalcaré, la protección de los derechos de los ciudadanos de dar, ser dados de asociación en los términos del artículo constitucional. Esto último es importante, o se entiende en el numeral 1 del mismo artículo de ser sustento para garantizar ese derecho.

El artículo 1, último párrafo de la Carta a la ley, indica que las resoluciones de las Salas podrán ser revisadas y el siguiente párrafo de la Sala Superior del Poder Judicial, a través del medio de impugnación de los actos y resoluciones, podrá interponer únicamente cuando o los artículos esrimidos se ven modificados el resultado de la elección. Indicativamente, desde el punto de vista formal, se restringe un derecho constitucional, se limita lo a los artículos de los que la facultad para impugnar los resultados electorales, las resoluciones se emitan para tales efectos, cuando ello se refiere a los candidatos también.

El numeral 1, reconoce al Poder Judicial, con excepción de lo dispuesto en la fracción II del artículo 1 de la Constitución y como máxima autoridad judicial en la materia, para no esecialmente del Poder Judicial de la Federación, es un Poder Judicial

Finalmente, el artículo 133 indica que la Constitución, las leyes del Congreso de la Unión en materia de ella, todos los tratados, estatutos y decretos de la misma, celebrados y se celebran por el Presidente de la República, con la ratificación del Senado, son la Ley Suprema de toda la Unión. Los jueces de cada Estado se arreglan a ella conforme a la Constitución, a pesar de las disposiciones en contrario que pueda haber en las Constituciones o leyes de los Estados.

e lo anterior en el presente la posibilidad de defensa del doctor ante los
candados, dado que es o implica una tutela judicial efectiva, ampliando la recepción del
derecho a ser dada por los órganos de constitución permanente, si no también en los tratados
internacionales, como en el caso de la Corte Interamericana.

2 rata dos Inter raci orales.

2.1. Declaración Universal de los Derechos Humanos.

ns uart c u l o 21 se esta lece u t o d a e r s o n t i e n e d e r e c o a a r t i c i a r e n e l o i e r n o
d e s u a s , d r e c t a m e n t e o a m e d o d e r e r e s e r t a n e s l i r e m e n t e e s c o i d o s , a s c o n q u e l
d e r e c o d e a c c e s q u e n c o n d i c i o n e s d e i a l d a d a l a s f u n c i o n e s p l i c a s d e s u a s . a
d u r t a d d e l u l o e s l a a s e d e l a a u t o r i d a d d e l o d e r l i c o s e e r e s a r m e d a n t e
e l e c c i o n e s a u t i t a c a s u a r n d e c e l e r a r s e e r i d e a m e n t e , o s u r a i o u n i e r s a l e i a n t e
o d o s e c r e t o u d r o r o c e d m i e n t o e u i a l e n t e u a r a t i c e l a l i e r t a d d e l d o

2.2. Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre.

ns u art c u l o s III , se re n t o d a e r s o m a u d e c o r r i r a l o s t r i u n a l e s
a r a a c e r a l e r s u d e r e c o . s i m i s m o d e e d s o r e r d e u n r o e d m i e n t o s e r v i l l o r e e
o r e l c a l l a u s t i c i a l o a m a r e c o n t r a a c t o s d e l a a u r i d a d e i d e n e n e r u c i o s u q
a l u n o d e l o s d e r e c o s f u n d a m e n t a l e s c o n s a r a d o s c o n s t i t u c i o n a l m e n t e . s i m i s m o q t o d a
e r s o m a , l e a l m e n t e c a a c i t a d , t i e n e e l d e r e c o d e t o m a r p a r t e e n e l p o i e r n o d e s u a s ,
d r e c t a m e n t e o o r m e d o d e s u r e r e s e n t a n e s , d e a r t i c i a r e n l a s e l e c c i o n e s o u a r e s ,
u s e r n d e d o s s e c r e t o s , e n i n o s , e r i d e s l i r e s .

2.3. Convención Americana sobre Derechos Humanos.

nel numeral 23 de títol erecció Judicial, contem la q totos los ciudadanos de en oar de los si gientes derec q o ortuñades a articular en la drección de los asuntos lico, directamente o a medio de representantes libremente elegidos dar ser elegidos e nelecciones eridicas a unicas, realidades a sufragio universal e in o osecretorio a aratice la libre resi n de la dñidad de los electores, c tener acces q en cõdiciõnes erales de i gñad a las funciones licas de su as. a le e de re lamentar el ereccio de estos derec, e clisamente a raones de e dñacionali dñ resi dñcia, i dñia, i nstrucci n ca aci dñci il omeñal, ocõdñia, a e cõmetente, e n rces o eñal. Por su arte, el artculo 2, de títol Prececi n Judicial, iñdca e tod ersõia tiene derec o a unrecusoseñillo rido o a cal uer dñorec us o eñecti o a te los uces o tri uñales cõmetentes, e la am are cõtra actõ e i dñens u derec f uñdameñtales recõñci dñ a la Cõstituci n la le ola reseñte Cõñeñi n

2.4. Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos.

Corte ni doe ns uart c 11 o 2 , todos los ci ud a n os o ar n d e los si g n i f i c a n t e s d e r e c h o s o o r t u n i d a d e s a P a r t i c i p a r e n l a d r e c c i o n d e l o s a s u n t o s p u b l i c o s , d r e c t a m e n t e o a m e d i o d e r e s e n t a t e s l i m e n t e e l e i d o s d a r e n s e r e l e i d o s e n e l e c c i o n e s e r i d c a s , a u t i t a c a s , r e a l i a d a s o r s u f r a i o u n i e r s a l e i a n o r d o s e r e t o u e a r a t i c e l a l i r e e r e s i n d e l a d u r a d d e l o s e l e c t o r e s c o n e r a c c e s q u e n c o n d i c i o n e s e r a l e s d e i n i a l d a d a l a s f u n c i o n e s p u b l i c a s d e s u a s .

2.5. Corte Interamericana de Derechos Humanos.

Cas o C a s t a e d a u m a n s . s t a d o s n i d o s e i c a n o s . S e n t e n c i a d e d e a c t o d e 2 . P r r a f o r e l e a t e s .

"100. Este Tribunal considera que el sentido de la protección otorgada por el artículo 25 de la Convención es la posibilidad real de acceder a un recurso judicial para que la autoridad competente y capaz de emitir una decisión vinculante determine si ha habido o no una violación a algún derecho que la persona que reclama estima tener y que, en caso de ser encontrada una violación, el recurso sea útil para restituir al interesado en el goce de su derecho y repararlo. Sería irrazonable establecer dicha garantía judicial si se exigiera a los justiciables saber de antemano si su situación será estimada por el órgano judicial como amparada por un derecho específico.

101. En razón de lo anterior, independientemente de si la autoridad judicial declarare infundado el reclamo de la persona que interpone el recurso por no estar cubierto por la norma que invoca o no encontrarse una violación del derecho que se alega vulnerado, el Estado está obligado a proveer recursos efectivos que permitan a las personas impugnar aquellos actos de autoridad que consideren violatorios de sus derechos humanos previstos en la Convención, la Constitución o las leyes. En efecto, el artículo 25 de la Convención Americana establece el derecho a la protección judicial de los derechos consagrados por la Convención, la Constitución o las leyes, el cual puede ser violado independientemente de que exista o no una violación al derecho reclamado o de que la situación que le servía de sustento se encontraba dentro del campo de aplicación del derecho invocado. Ello debido a que al igual que el artículo 8, "el artículo 25 de la Convención también consagra el derecho de acceso a la justicia."

102. La Convención establece que las personas bajo la jurisdicción del Estado deben tener acceso "a un recurso sencillo y rápido o a cualquier otro recurso efectivo ante jueces o tribunales competentes, que las ampare contra actos que violen sus derechos fundamentales."

(...)106. A efectos de cumplir su obligación convencional de establecer en el ordenamiento jurídico interno un recurso efectivo en los términos de la Convención, los Estados deben promover recursos accesibles a toda persona para la protección de sus derechos. Si una determinada acción es el recurso destinado por la ley para obtener la restitución del derecho que se considera violado, toda persona que sea titular de dicho derecho debe tener la posibilidad real de interponerlo.

(...)132. La Corte ha sostenido, en reiteradas ocasiones, que todo Estado Parte de la Convención, "ha de adoptar todas las medidas para que lo establecido en la Convención sea efectivamente cumplido en su ordenamiento jurídico interno, tal como lo requiere el artículo 2 de la Convención." También ha afirmado que los Estados "deben adoptar medidas positivas, evitar tomar iniciativas que limiten o conculquen un derecho fundamental, y suprimir las medidas y prácticas que restrinjan o vulneren un derecho fundamental." La obligación contenida en el artículo 2 de la Convención reconoce una norma consuetudinaria que prescribe que, cuando un Estado ha celebrado un convenio internacional, debe introducir en su derecho interno las modificaciones necesarias para asegurar la ejecución de las obligaciones internacionales asumidas.

133. En el presente caso la inexistencia de un recurso efectivo constituyó una violación de la Convención por el Estado Parte, y un incumplimiento de su deber de adoptar disposiciones de derecho interno para hacer efectivos los derechos establecidos en la Convención, en los términos del artículo 25 de la Convención Americana de Derechos Humanos, en relación con los artículos 1.1 y 2 de dicho tratado."

e l o a n t e r i o r d e d i m o s l a o s i l i d a d d e l o s c a n d i d a t o s d e d e f e n d e r s u d e r e c h o u m a n o d e s e r d a d o d e a c c e d e r a u n c a r o l i c o m e d a n e m e d o s d e d e f e n s a a d e u d o s e i d r e o s . s e l u c i o d e i n o r m a d a d u n m e d o e f i c a C o n s i d e r o u n o d e l t o d o q u e s e e c l u e a u n o d e l o s p r i n c i p a l e s a c t o s d e l a c o r t e n d a e l e c t o r a l , r e d o m i n a n d o l a p e r s o n a

moral, artido d tico q no siem re u de o uere t uelar la defnsa del do r lo me nos noa eces de m doeficie rre.

III. MARCO LEGAL.

1 e e eral del Sistema de edos de Im u mei ne n aterial lect oral.

Como imos, el uicio de in orfomidad se en u tra co rrido en la referi da le islaci n en el i ro Se undo t uo C n o con estos r Il ca t uos, siendo el e nos i teresa el I , e la e itimaci n de la Pers onera , n l se esta lece u el uicio de in orfomidad s lo od ser romo id o r los artidos d ticos, los candat os, e cl si amente c ando r m di os de i rele i ili da la a u oia delect oral c ares onde re deci da no d r arles la constancia de ma r a o de asi mci n de rimer i n i n o r a. ntodos los dem s cas os, s lo od ni rter e n r com oc ad uantes e n rmi nos de l oesta leci doe nel rrafo 3 del artculo 12 de la le . C ando se im u re la elecci n de Presi d e n t e de los sta dos n idos e ica nos, r n l i da d de toda la elecci n el res ecti o uicio de in orfomidad de r rese rarse r el re rese rante del artido d tico o co lici n re istra do a rre el C n e o e rral del I nstit uo e rral lect oral.

La r d r el tema de la le itimaci n imos es una facultad d r a da r la le , a un e en el rese rre cas oes una limitaci na los candat os, se nse s o t i e r e n e n t r a a o es u ta i teresa rre com q im l citame rre, el r i ual lect oral del P o d e r J u d i c i a l de la e d r a c i n a d r a d o c i e r t o a e l r e o n d r a r t e a l o s c a n d a t o s de un modo asi o es de cir, si nser act oes e n e l u i c i o de in orfomidad una e rese rta do el mism q se necesita s u c o n s e r t i m i e r t o a r r e l a s d i c i t a d d e l a r t i d o d t i c o u l o o s t u a r a d e s i s t i r s e d e l m e d o de im u m c i n de c o n t r a d e o n s t i t u i o n a l . Si i e n d e o c r i t e r i o a r d a l a i t e s i s de un uicio de re i s i n e l e c t o r a l , s u r a t i o e s s o n d a r a n e s e r i a l e s a l i c a l e a l r e s e r t e t r a a o i e r t a m e n t e n o a o a n u e s t r a o s t u a a u n e s i e r t a l a s a s e s a r a l a m i s m a , t o d a e e , e n d e f e n s a d e l o s d e r e c o s d e l a s o c i e d a d a r a e l e i r a s u r e r e s e r t a n e s o l a d s o c i n d e e s e d e r e c q l o s c a n d a t o s d e n d e c o n s e n t i r l a r e n u n c i a a l a i n s t a n c i a u i s d c c i o n a l c o n s t i t u i o n a l , e m a n a d a d e u n r o c e d i m i e n t o s i m i l a r a n i e l e s t a t a l d e l u i c i o de in orfomidad u a o r a e s t u d a m o s J u i s r u e n c i a 12 2 .

2 e islaci ones statales.

ni el local son oas las le islat mas e a n i n n o a d o e s t e a s e c t o de fac u t a r a l o s c a n d a t o s a c o n t r o e r t i r l a s e l e c c i o n e s , e n t a r t o e n e n r o s m s s e r e s t r i n e n a l r e d u i r l a l e i t i m a c i n e c l i n a m e n t e a l o s a r t i d o s d t i c o s .

⁷ os candat os, e cl si amente r lo e se refiere a los med os de im u m c i n r e i s t o e n e l i r o Se undo de la e e rral del Sistema de edos de Im u m c i n e n a t e r i a l l e c t o r a l , o d n a r t i c i o c o n o c a d u a n t e s d e l a r t i d o d t i c o u l o s r e i s t r , d e c o n f o r m i d a d c o n l a s r e l a s i u e n t e s a t r a s d e l a r e s e r t a c i n d e e s c r i t o e n l o s u m a n i f i e s t e n l o u a s u d e r e c o n e n a , s i n u e n n i n f i n c a s o s e u d a t o m a r e n e n t a l o s c o n t o s u a m l e n o m o d f i u n l a c o n t r o e r s i a l a r e a d e n e l m e d o de im u m c i n o e n e l e s c r i t o u c o m o t e r c e r o i t e r e s a d o a a r e s e r t a d o s u a r t i d o s e s c r i t o s d e r n r e s e r t a r s e d e n t r o d e l o s l a o s t a l e c i d o s a r a l a i n t e r o c i n d e l o m e d o s de im u m c i n q e n s u a s q a r a l a r e s e r t a c i n d e l o s e s c r i t o s d e l o s t e r c e r o s i t e r e s a d o s c o s e s c r i t o s d e r n i r a c o m a a d o s d e l d o c u m e n t o c o n e l u s e a c r e d i t e s u e r s o n e r a d P o d n d r e c e r a o r t a r r u a s s l o e n l o s c a s o e n u a s r o e d a d e n t r o d e l o s l a o s t a l e c i d o s e n e s t a l e , s i e m r e c a n d o e s t n r e l a c i o n a d s c o n l o s e c o s a r a i o s i n c a d o e n e l m e d o de im u m c i n i n t e r u a t o e n e l e s c r i t o r e s e r t a d o r s u a r t i d o d t i c o e o s e s c r i t o s d e r n e s t a r f i r m a d o s a u r a f a m e n t e .

ESTADO	LEGISLACIÓN	MEDIO DE IMPUGNACIÓN SIMILAR AL JUICIO DE INCONFORMIDAD FEDERAL	QUIÉNES PUEDEN INTERPONERLO
ascalie rt es	C d o lect oral del sta do de ascalie rtes	ec us o de li d d	rt c ù o 3 Parti dos d tic os C alici ores Ca nd dat os
a a Calif or nia	e de Instit uci ones Pr œ dmi e rt os lect oales de a a Calif or nia	ec us o de e isi n	rt c ù o 2 Parti dos d tic os C alici ores
a a Calif or nia S u	e del Sistema de ed os de Im u mci nen n ateria lect oral ara el sta do de a a Calif or nia S u	J uci o de I nœ orf m d d	rt c ù o 1 Parti dos d tic os C alici ores
Cam ec e	C d o de Instit uci ones Pr œ dmi e rt os lect oales ara el sta do de Cam ec e	J uci o de I nœ orf m d d	rt c ù o Parti dos d tic os C alici ores c œ d uantes, œ ca nd dat os son i rele i ili d d e ce to en cas o de
C œ ù la de ara o a	e de ed os de Im u mci nen aeria P d tic o lect oral de Parti ci aci n C i u d m del sta do de C œ ù la de ara o a	J uci o lect oral	rt c ù o Parti dos d tic os C alici ores c œ d uantes, œ ca nd dat os son i rele i ili d d e ce to en cas o de
C dima	e estatal del Sistema de ed os de Im u mci nen n ateria lect oral	ec us o de I nœ orf m d d	rt c ù o Parti dos d tic os C alici ores Ca nd dat os C i u d nos o todo a ul acred te s u i nter sle tim o
C ia as	C d o de lecci ones Parti ci aci n C i u d m	J uci o de li d d lect oral	rt c ù o 3 Parti dos d tic os C alici ores c œ d uantes, œ ca nd dat os son i rele i ili d d e ce to en cas o de
C i a a	e lect oral del sta do de C i a a	J uci o de I nœ orf m d d	rt c ù o 3 2 Parti dos d tic os C alici ores c œ d uantes, œ ca nd dat os son i rele i ili d d e ce to en cas o de
istrit o e dral	e Pr œ sal lect oral ara el istrit o e dral	J uci o lect oral	rt c ù o 1 Parti dos d tic os C alici ores c œ d uantes, œ ca nd dat os son i rele i ili d d e ce to en cas o de
ma n o	e de ed os de Im u mci nen aeria lect oral de Parti ci aci n C i u d m ara el sta do de ma n o	J uci o lect oral	rt c ù o 1 Parti dos d tic os C alici ores c œ d uantes, œ ca nd dat os son i rele i ili d d e ce to en cas o de
ma u to	C d o de Instit uci ones Pr œ dmi e rt os lect oales ara el sta do de ma u to	ec us o de e isi n	rt c ù o 3 1 Parti dos d tic os C alici ores c œ d uantes, œ ca nd dat os son i rele i ili d d e ce to en cas o de

ESTADO	LEGISLACIÓN	MEDIO DE IMPUGNACIÓN SIMILAR AL JUICIO DE INCONFORMIDAD FEDERAL	QUIÉNES PUEDEN INTERPONERLO
			irrelevancia
Veracruz	del Sistema de Jueces de Imputación en materia lectoral del estado de Veracruz	Juicio de Inconformidad	Artículo 210 Partidos políticos
Idaho	estatal de Jueces de Imputación en materia lectoral	Juicio de Inconformidad	Artículo 210 Partidos políticos
Jalisco	Código Lectoral de Participación Ciudadana del estado de Jalisco	Juicio de Inconformidad	Artículo 12 Partidos políticos Cálculos Candidatos
Quintana Roo	Código Lectoral del estado de Quintana Roo	Juicio de Inconformidad	Artículos 32 bis, fracción III, 31 y 312 Partidos políticos Cálculos Candidatos Candidatos, en el caso de irrelevancia
Quintana Roo	de Justicia Lectoral del estado de Quintana Roo	Juicio de Inconformidad	Artículo 210 Partidos políticos Cálculos Candidatos Candidatos, en el caso de irrelevancia
Quintana Roo	Código Lectoral del estado de Quintana Roo	Juicio de Inconformidad	Artículo 210 Partidos políticos Cálculos Candidatos Candidatos, en el caso de irrelevancia
Quintana Roo	de Justicia Lectoral para el estado de Quintana Roo	Juicio de Inconformidad	Artículo 210 Partidos políticos Cálculos Candidatos Candidatos, en el caso de irrelevancia
Quintana Roo	lectoral del estado de Quintana Roo	Juicio de Inconformidad	Artículo 210, fracción I Partidos políticos Cálculos Candidatos
Quintana Roo	general del Sistema de Jueces de Imputación en materia lectoral para el estado de Quintana Roo	Juicio de Inconformidad	Artículo 210 Partidos políticos Cálculos Candidatos Candidatos, en el caso de irrelevancia
Puebla	Código de Instituciones Procesales Lectorales del estado de Puebla	Juicio de Inconformidad	Artículo 31 Partidos políticos Cálculos
Veracruz	de Jueces de Imputación en materia lectoral del estado de Veracruz	Juicio de Inconformidad	Artículo 32 Partidos políticos Cálculos
Quintana Roo	estatal de Jueces de Imputación en materia lectoral	Juicio de Inconformidad	Artículo 11, fracciones I, II y III Partidos políticos Cálculos Candidatos Candidatos, en el caso de tratarse del juicio para la rectificación de decretos electorales
San Luis Potosí	lectoral del estado de San Luis Potosí	Juicio de Inconformidad	Artículo 211 Partidos políticos Cálculos
Sinaloa	lectoral del estado de Sinaloa	Juicio de Inconformidad	Artículo 22 Partidos políticos

Se modifica un artículo de la modalidad del sistema electoral en cuanto a las urnas. Se establecieron las distritos con estas o los electores de las secciones los que se han conrearse en las cámaras de los distritos electorales respectivos, eercans u funciones en los das u desina a la le. En el u en los sistemas, se revisa a n las credenciales de los electores de esas urnas. Su artículo 3 re e a u las decisiones de la urna acerca de la ali de o n l i d a d de las elecciones, de s u m i e n t o s, era n l i m e l a l e s. P o r s u a r t e, el C o n r e s o d e l a n i n e r i a e n C d e i o l e c t o r a l t o d a s l a s e c e s u i e r e e l e c c i n d e P r e s i d e n t e d e l a e l i c a, o d e i n d i d u o s d e l a S u r e m a C o r t e d e J u s t i c i a. P o r e r i m e r a, se e s t a l e c a, u t o d o i n d i d u o m e i c a n o t e n a e l d e r e c o d e r e c l a m a r l a n l i d a d d e l a s e l e c c i o n e s, d e d e l a d e c l a r a c i n c o r r e s o n d e n t e a l a u r n a a u e n t e a a f a l l a r, o a l C o n r e s o e n s u c a s o l a i n s t a n c i a s e r e s e n t a a o r e s c r i t o a n t e s d e l d a e n u s e d e a r e s d e r a c e r c a d e l o s e e d e n t e s c r e d e n c i a l e s r e s e c t i v a s e l d e n u n c i a n t e s e c o r r e t a a a d e t e r m i n a r o a r l a i n f r a c c i n e r e s a d e l a l e. e s u s d e d o d a n o s e a d n i t a n i n n r e c u s o s e t e n d o r e l i t i m a d o d e f i n i t i v a m e n t e t o d o l o e c o a r o i a u r n a o e l C d e i o l e c t o r a l, d e n d e n d o a n t e u i n s t a n c i a s e r e s e n t a a l a r e c l a m a c i n d e c i d a s o r e l a l i d e o n l i d a d d e l a e l e c c i n s i e n d o i n l i m e l a l e s u d e t e r m i n a c i o n e s.

e lectoral Coarruias 2 3. 1 d e d i c i e m r e d e 1 1

l i a l u e l a n e r i a o d e m i e n t o e n e l a r t c u l o , r e e a u t o d o c i u d a n o m e i c a n o t e n a d e r e c o a r e c l a m a r l a n l i d a d d e u n a e l e c c i n r i m a r i a o s e c u n d a r i a, a n t e e l C d e i o l e c t o r a l o l a C m a r a d e i u a d o s, r e s e c t i v a m e n t e, c o n t a l u l o i c i e r a o r e s c r i t o a n t e s d e l d a e n u a d e d a r s e s o r e l a c r e d e n c i a l o e t a d f u n d n d o s e e n u n a d e l a s c a s a s u e r e s a l a l e. a d f e r e n c i a c o n e l a n t e r i o r r e c e t o e r a a n t e u n s e r e s e n t a a l a i m u n a c i n u s a a l a u r n a n o i n t e r e n a a r a s u r e s d u i n s i n o s l o e l r a n o c d e i a d o u, a l f i n l i c a l i f i c a a l a s e l e c c i o n e s.

e lectoral Coarruias 2 3. 1 d e d i c i e m r e d e 1 11

n s u n u m e r a l 3, s e c o r r e m e l a a u l o s r e r e s e n t a n t e s n o m b r a d o s o l o s a r t i d o s, o c a l u e r c i u d a n o e m a d o m d o e n l a s e c c i n o d a r e s e n t a r d u a n t e l a e l e c c i n r i m a r i a l a s r e c l a m a c i o n e s u c o n s i d e r a n c o n e n t e s, s i e m r e u s e f u n d a e n a l u n a d e l a s c a s a s e a l a d i s e n l a l e. a r e c l a m a c i n s e a c a o r e s c r i t o c o r r e t a n d o e l e c o u l a m d i e, d e e l l a s e t o m a a r a n e n u n a c t a. l C d e i o l e c t o r a l t e n a l a f a c u l t a d a r a d e c i d r s o r e l a s c u s t i o n e s s i n e n t e s, s i e n d o s u r e s d u i n i m e l a l e I. l i d a d o a l i d e d e l a d e s i n a c i n d e l e c t o r II. r r o e n e l c m u o d e l o s d o s, III. r r o e n e l n o m r e d e l e l e c t o r, s i e m r e u n o e s t i d e n t i f i c a d a l a p e r s o n a. n s u r e s d u i o r e s s e t e n a n r e s e n t e l a s r d e s t a s a u s e r e f i e r e e l a r t c u l o 3 c i t a d o, o l o u, a u n c a n d o n o e r a n r o i a m e n t e r e c u s o s, e r a n r e c e s a r i a s a r a a c r e d i t a r e n s u m o n e n t o q l a i r r e u a r i d a d a d u i d e s i e n d o f i n a l m e n t e e l c d e i o u n l a a l o r a d e t e r m i n a l a a n u l a c i n o n o

P o r s u a r t e, e l a r t c u l o 111, e s t a l e c a u t o d o c i u d a n o m e i c a n o t i e r e d e r e c o a r e c l a m a r l a n l i d a d d e u n a e l e c c i n s e c u n d a r i a, e f e c t u a d e n e l d i s t r i t o e l e c t o r a l e n u a u l e s t e m a d o m d o c o n s u e c i n a l o s a r t c u l o s d e l a l e. r a a e n l a l t i m a a r t e d e l a e l e c c i n o s t e r i o r a l a r i m a r i a c a n d o s e o d a a c e r a l e r l a i m u n a c i n a u n a d o u n o a l a u n a d e l i m i t a c i n r e s e c t o a l t i o d e e l e c c i n a i m u n a r s e. i c a r e c l a m a c i n e r a r e s u l t a o l a C m a r a d e i u a d o s, a l a c e r e l c m u o d e l o s d o s e m i t i d o s a f a o d e l o s s e m a d o r e s o r e l d i s t r i t o e d e r a l, d e l o s i n i s t r o s d e l a S u r e m a C o r t e d e J u s t i c i a d e l P r e s i d e n t e i c e r e s i d e n t e d e l a e l i c a, a l d i s c u t i r l a s c r e d e n c i a l e s d e l o s d u a d o s a l C o n r e s o d e l a n i n. P a r a e l l o q e r a r e c e s a r i o u s e r e u n i e r a n c i e r t a s c o n d i c i o n e s, r e u s i t o s

de rœdili dsi se uere er de esa forma I. e se a a rdesta do o escrito e nel actomismo de la elecci ncotra la fracci nc ores onde re, a re el C de io uici al si nose uere ueridoa dnitir la rdesta, e ella c onste e nacta notarial le a rta d el mismo da e nel rœdo del ntario , II. e la reclamaci n se rese re a re la C mara de i uados o a re la Comisi n Perma re re, a res del da e n e a a de darse so re la cre dencial res ecti a. Como em o, a se esta lec an ma ores res u est o s ara la rœ dencia de la reclamaci n conloc al se i a c onfi uandolo e e c oncem o c on o uici o de i n o r f o r m i d a d

. e lect oral ara la formaci n del Con reso Constit uente Co arr uias 2 3. 1
de se tiem re de 1 1.

Se reitera e todo ci u d a no me ica no te na drec o a reclamar la n l i d d e u a

En los numerales 1.1 y 1.2 se reproduce lo asentado en la legislación en materia de
sobre la posibilidad de que todo ciudadano que no tiene derecho a reclamar la nulidad de
elección por la acción o de ejercitarse en tanto no se la elección para la cual se ha
a sido calificada de una manera definitiva e inataca por la Comisión Electoral.
Estas reclamaciones no están sujetas a formalidad alguna ni a pago de costas ni de
multas. Si no se interpusiere la acción de nulidad de forma expresa antes de la
apertura de la cuenta de los votos, el resto de una o seis meses o más
meses, según las circunstancias. Se diferencia dos momentos de impugnación el
primer que únicamente se refiere a los votos de las casillas, circunscritos a los
ciudadanos a los representantes de los candidatos, el segundo a la nulidad de la elección
cuando una o más de estas afecta a todos los ciudadanos del país. Se destaca la
diferenciación en la realización de la elección, el efecto de ambas era el mismo que se incluyó en
todos los ciudadanos se enuncian en los candidatos.

1.2. Electoral Federal. Compuertas 2.3. de enero de 1911.

Se reitera que todo ciudadano que no tiene el derecho a reclamar la nulidad de la
elección de diputados, senadores o Presidente de la República, o de los votos emitidos en el
mito o en el voto de los representantes. La reclamación de nulidad o de interponerse en tanto
no se la elección contra la cual se ha impugnado, no hubiera sido calificada por la Comisión
Electoral. Estas reclamaciones no están sujetas a formalidad alguna ni a pago de costas ni de
multas. Si no se interpusiere la acción de nulidad de forma expresa antes de la
apertura de la cuenta de los votos, el resto de una o seis meses o más
meses, según las circunstancias. Se diferencia dos momentos de impugnación el
primer que únicamente se refiere a los votos de las casillas, circunscritos a los
ciudadanos a los representantes de los candidatos, el segundo a la nulidad de la elección
cuando una o más de estas afecta a todos los ciudadanos del país. Se destaca la
diferenciación en la realización de la elección, el efecto de ambas era el mismo que se incluyó en
todos los ciudadanos se enuncian en los candidatos.

1.3. Electoral Federal. Compuertas 2.3. de diciembre de 1911.

En el artículo 1.º se establece lo siguiente: Se establece que los
artículos d.º de los candidatos se han de tener en cuenta el derecho de los artículos
a tenerlos, estos es, impugnar la nulidad de la elección o de los votos. Y tal se tiene a tres
entidades facultadas o leídas para interponer la reclamación todos los ciudadanos, los
artículos d.º de los candidatos de los artículos.

1.4. Decreto de reforma de los artículos de la Electoral Federal. Compuertas 2.1. de enero de 1911.

El artículo 1.º de la Ley establece que cada candidato que se haya inscrito
debe nombrar representantes personales en los mismos términos que los artículos de
acuerdo o de interponer es de los candidatos como en la actualidad se en las etapas del
proceso electoral, es independiente de la voluntad del partido político que
debe darse a sí mismo de los actos electorales, al poder nombrar representantes como si lo
hubiera hecho el propio partido político.

1.5. Decreto de reforma de los artículos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º, 36.º, 37.º, 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º, 59.º, 60.º, 61.º, 62.º, 63.º, 64.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º, 76.º, 77.º, 78.º, 79.º, 80.º, 81.º, 82.º, 83.º, 84.º, 85.º, 86.º, 87.º, 88.º, 89.º, 90.º, 91.º, 92.º, 93.º, 94.º, 95.º, 96.º, 97.º, 98.º, 99.º, 100.º de la Electoral Federal. Compuertas 2.1. de enero de 1911.

Se amplían las facultades de los representantes para elegir a las personas que
entienden que la infracción de una de las disposiciones de la ley.

1.6. Electoral Federal. Compuertas 2.3. de enero de 1913.

Se sistematiza la reclamación de nulidad al estar sujeta a los mismos efectos. Para
la reclamación de la nulidad de una elección o de los votos emitidos en la misma, tratándose

de elecciones o de emitidos para dadas, se mandos o Presidente de la Republica, o da
acerse, a la Comara de iados, siemre el ueres las a anseanci uidos
meicanos, 2 la reclamacionse a a conres ectoaleleccinefectada enel dstrito
electoral oertid den uest na eci ndados enta rto ara el eec ti ofederal sloera
suficiente u fuera reali ad o cal uer ci uida nome icanos las reclamaciones odan
inter omarse enta rto la eleccine contra la cal adrida, no a a si de califica da o la
comares ectia, no esta an s uetas a formalidad al (una se surime la e emi n de
im uos. nc u o a los artidos d ticos s uca ndatos, te na nel drec oa reclamar la
n lidad de os o de elecciones, entoda la re lica, si n nrtar el rea eor fica, comos
se esta leca ara los ci uidos.

1. eederal de r anaciones Politicas Procesos electorales Coarr uias 2 3.

2 dciem re 1 .

Consi d rados uno de los rimeros ordamientos en sistematizar a de ar
o r a n i a d m e r t e l a t m i c a e l e c t o r a l , e s a c i a l m e n t e l o s m e d i o s d e i m u n i c i n a m i n e
do un intento de uciali acin de la uticia, al esta lecerse un medio de contr d
uis deci oral u, si nem ar q no era defini o s era ataca le ore isa le. s t e m o s
u, en los c m uos efect uados a r t e l o s C o m i t s i s t r i a l e s l e c t o r a l e s , l o s c o m i s i o n a d o s d e
los artidos, los candatos o s s r e r e s e n t a n t e s , o d a n i n t e r o m e r o e s c r i t o e n
c u d u l i c a d o a r t e l m i s m o c o m i t e l r e c u s o d e a c o n t r a l o s r e s u l t a d o s c o n s i m a d o s e n
el acta del c m uo la constancia de m a r a . s t e s e i n t e r o n d e n e l m i s m o a c t o o d e r t o
de las 2 oras si uertes de la comisi n de la sesi n del c m uo l C o m i t i s t r i t a l
lectoral conca de este rec uo l o r e s d a e l d a e n u s e a c a e l c m u o d s t r i t a l . a
res d u i n s i e i s t e n c a u a s f u n d a d a s r o a d a s , o d s e r e n e l s e n t i d o d e d e c l a r a r l a
n l i d a d d e l a d a c i n d e l a c a s i l l a r e s e c t i a . e n a o r o e t o a c e r a l e r l a s c a u a l e s d e
n l i d a d c o n s i m a d a e n l a l e . s t e r e c u s o l o c o n c a r e s d a e l C d e i o l e c t o r a l d e l a
C m a r a d e i u a d o s . l r e c u s o r e d a n i c a m e n t e c a n d o s e u i e r e n e c o a l e r a r t e l o s
r a n o s e l e c t o r a l e s o n d e r e s , l o s r e c u s o s u e n s u c a s o e s t a l e e s t a l e c e e n t o d a s
las i n s t a n c i a s e n t i e m o f o r m a e l d e r d e s t a , o e m l o .

l r e c u s o d e r d e s t a s l o r e d a c o n t r a l o s r e s u l t a d o s c o n t e n i d o s e n e l a c t a f i n a l d e
e s c r i t u r i o d e l a s c a s i l l a s , s e i n t e r o n a a r t e l a r o i a c a s i l l a e l d a d e l a e l e c c i n o a r t e l
C o m i t i s t r i t a l l e c t o r a l c o r r e s o n d e r t e d e r t o d e l a s 2 o r a s s i u e r t e s a l a c o n s i n d e l
a c t a f i n a l d e e s c r i t u r i o S o r e e s t e r e c u s o c o n c a r e s d a n i c a m e n t e e l C o m i t i s t r i t a l
lectoral. l r e c u s o d e r e l a m a c i n r e d a a r t e l a S u p r e m a C o r t e d e J u s t i c i a d e l a a c i n
c o n t r a l a s r e s d u i o r e s u d e t a a e l C d e i o l e c t o r a l d e l a C m a r a d e i u a d o s o r e l a
c a l i f i c a c i n d e l a e l e c c i n d e s s m i e m r o s . S d o o d a n i n t e r o m e r e l r e c u s o l o s a r t i d o s
d t i c o s .

i s t o l o a r t e r i o , t e m o s u s e s u r i m e l a f a c u l t a d a l o s c i u d a n o s m e i c a n o s a r a
r e l a m a r l a n l i d a d d e l a e l e c c i n o d e o s , c i r c u n s c r i n d o s e s l o a l o s a r t i d o s d t i c o s
a l o s c a n d a t o s o s r e r e s e n t a n t e s , a u n u d e a n a c t a r c o n u n t a m e n t e s i n i n t e r e n i r o
s e a r a d o r e s e c t o a u n m i s m o a c t o

1. C d o eederal lectoral Coarr uias 2 3. 2 dciem re 1 .

⁹ n m a t e r i a d e m e d i o s d e i m u n i c i n l a e g e r a l d e r a n a c i o n e s P o l i t i c a s P r o c e s o s l e c t o r a l e s e s e l
r i m e r a r t e c e d e r t e l e i s l a t i o m s a c o r d a d o a l o u c o n d e m o s e n n u e s t r o s d a s , u s e n d e a l e s e
e s t a l e c i e r o n a r i o s m e d i o s d e i m u n i c i n c o m o s o r i n f o r m a d a r d e s t a , u a , r e a c i n r e i s i n
r e l a m a c i n C o r o m 2 1 , 1 .

...ono di o de los artidos ara la inter osici n de los me d os de def esa le de 2 de diciem re de 1 .

...e itimaci nac da de los ca ndat os ara r on o er me d os de im u naci n o e ce ci n de forma limita da le islaci n r oesal elect oral fe deral de 22 de no iem re de 1 .

al com o lo e sim os al i nci o del tra a o los a r t e c e d ntes ist r i c os d e s a u r i a n e l m o d e l o a c t u a l d e l e i t i m a c i n a r a r o n o e r e l u c i o c o n s t i t u i o n a l e n o s a u a , s i n e a a e i s t i d o u n a s t i f i c a c i n a r a e l l o

estra e u n d a m e n t a l n o i m o r e u n a r e s t r i c c i n a l a d e f e n s a d e l d e r e c o a s e r d a d o o a l d o q o r a r t e d e l o s c a n d a t o s o d e l o s c i u d a n o s . S e a i n d c a d o e l d o i n d i d u a l n o u d e s e r d e f e n d o q e r o n o a s l o s r e s u l t a d o s e l e c t o r a l e s e s i s I I I .

a n i c a r e s t r i c c i n e c o n s t i t u i o n a l e s r e f e r e n t e a l r e c u s o d e r e c o n s i d e r a c i n e l e c t o r a l , c o n s t i n e t a m i n d e a t i m o s e r o e a l s e r d e r i a d o d e l u c i o d e i n f o r m i d a d d e r a d e c o r r e l a m i s m a s u r t e l a a e r t u a d e s u r o n c i n m s a l l d e l o s e n t e s a r t i d o s .

i s t e n s t a d o s d e l a s e a n r e t o m a d o l a i s t o r i a a t r i a a r a a d e c a r s u l e i s l a c i o r e s a u n s r i t u m s d e m o r t i c o a r t i c i a t i q i i n l s o e n a r i a s n a c i o n e s l a t i n a m e r i c a n a s e i s t e l a c i i l l i d a d d e l o s c a n d a t o s a c u d a n a l a d e f e n s a e l e c t o r a l . ¹¹

S i n e m a r q u e a r e c i e r a e r d o t a m o s u n m o d e l o a r t i d o e n s t a d a l i d a d s i n e u a i i l a r i a s e u d e r a r e a l i a r o d e a r d e a c e r a l u n a c c i n d e p a d e e l e c t o r a l . n o d e r d e f a c t o u n a d s a r t i e s , s o r e l o s o d e r e s f o r m a l e s C o a r r u i a s / 2 , 1 2 .

a r e s u s t a s d u i n a e s t e t e m a e s t e n n u e s t r a s p r o i a s m a n o s , e n e l r o c e s o r e d u i o n a r i o d e a c e m s d e u n s i l o l a C o n s t i t u i o n d e 1 1 , a c t u a l i a d a l o s t i e m o s m o d e r n o s d e l a m a i m i a c i n d e l o s d e r e c o s u n a n o s d i c o e l e c t o r a l e s .

S o n m s l o s e l e m e n t o s a r a r o c a r u n a r e f o r m a , u n c a m i o d e a r a d m a , e a r a d e t e r l o e r q u a r a f r a s e a n d o a l i l u t r e e l i s a r i o o m n e e n s u d e q u o i n c e n d a r i o e n c o n t r a d e l s u a d o r i c t o r i a n o u r t a , a r a l u e n c a a d e l l e a r l a a c a o

VI. PROPUESTAS.

u n e s i m i l e , e r o d e r a n t r a s c e n d e n c i a a r a l a r e n o a c i n e n l a d e f e n s a d e l a d u r t a d o u a r , d e l e s f e r o c i u d a n o a r a l l e a r a s t a e l m s l e a n o l u a r u n p r o e c t o d o o i e r n o u n i d e l o a o u n l a n d e t r a a q e s e s e r o o r e , l e i t i m a r a l o s c a n d a t o s a r a o d e r r e s e n t a r e l u c i o d e i n f o r m i d a d e i n t e r o r e r e l r e c u s o d e r e c o n s i d e r a c i n

¹⁰ s i l u t r a t i o e l c a s o d e l s t a d o d e J a l i s c o e n c u a e o s i c i n d e m d i o s d e l d e r e t o 1 , , u l i c a d o e n e l P e r i d o o f i c i a l l s t a d o d e J a l i s c o , d e 1 d e a g o s t o d e 2 2 p a r o 1 , s e c c i n I I , t o m o C O C I I , a l l e i t i m a r a l o s c a n d a t o s a r a i n t e r o r e r e l u c i o d e i n f o r m i d a d s e s e a l e s t o s o n l o s e e n e r c e r l a a c c i n r o e s a l a o t a r e l e m e n t o s s u f i c i e n t e s a l r o e d m i e n t o c o n l o c a l s e r e t e n d e l l e a r a u n e r d f o r m a l e i s t r i c a t r a s d e l o s e l e m e n t o s a o t a d o s o l a s a r t e s .

¹¹ e e a s e s l e a t r i u e n l e i t i m a c i n a l o s c a n d a t o s a r a i m u n l o s d i a s b r a s i l , C o l o m b i a , C o s t a r i c a , C i l e , c a d o , o n d u a s , i c a r a a , P a n a m a , P e r u e n e u a , e n t a n t o e r u a s l e a r a e l o s o d e e l e c c i o n e s l e i s l a t i a s , e s t o e r e s e r a a l a s a u r i d a d e s a r t i d a r i a s r e i s t r a d a s a n e l a p a r t e e l e c t o r a l l a i m u n a c i n d e e l e c c i o n e s r e s i d e n c i a l e s , d o d e l l o s s l o l e s d o r a e l c a r c t e r d e c a d u t i e n e s i c o P a r a u l o s c a t r o p r e s t a n t e s n o r e r e r e s a m e n t e l e i t i m a c i n a l u n a r a l o s c a n d a t o s r e n t i m , l S a l a d o , u a t e m a l a e l i c a a m i c a n a . d c i o n a l m e n t e , s i e t e a s e s e s t a l e c e p a c c i n o u a r o l i c a a r a i m u n a r r e s u l t a d o s e l e c t o r a l e s o c o n d c i o r e s d e i r e l e i l l i d a d C o l o m b i a , C o s t a r i c a , C i l e , o n d u a s , i c a r a a , P e r u e n e u a , e n e l e r t e n d o d e e r u a l a r e s l e a r a l a s e l e c c i o n e s l e i s l a t i a s , e n t a n t o e a d e m s d e l o s a r t i d o s d i c o s l o s c a n d a t o s s e e n t r a n l e i t i m a d o s l o s r o i s c i u d a n o s a r a t a l e f e c t o r o c o 2 1 1

como consecuencia de lo anterior,¹² cuando suerte d tico no (e) d o no uera reali arlo

stoser a nos loci u d a r i ar la d e f e n s a d e la elecci n d e l o s d o s, si no r e c o n o e r n e s t r o a s a d o i s t r i c o c o n s t r u i d o a s a d o e n l o s e s f e r o s d e l e l o n o d e l o s a r t i d o s d t i c o s.

VII. BIBLIOGRAFÍA.

- C o r o n a a m a, i s r t o n i o i r a n d a C a m a r e n a, d i n J a (u n C o m p i l a d o r e s . 2 1 . *Derecho Electora Mexicano. Una visión local: Jalisco.* a d i d s a a . d t . a r c i a l P o n s . P r i m e r a d e i n
- C o a r r u i a s e a s, J o d e J e s s . 2 . *Derecho Constitucional Electoral.* i c o d t . P o r r a . u n t a e d e i n
- (C o o r d i n a d o r . 2 3 *Enciclopedia Jurídico Electoral de México (V tomos).* i c o d t a d o o r e l r i u n a l l e c t o r a l d e l P o d e r J u d i c i a l d e l s t a d o d e J a l i s c o e l r i u n a l l e c t o r a l d e P o d e r J u d i c i a l d e l a e d e r a c i n l a i s c a l a s e c i a l i a d a r a l a t e n c i n d e e l i t o s l e c t o r a l e s l a n i e r s i d a d d e u d a l a r a . P r i m e r a d e i n
- . 2 . *Mariano Otero Mestas. Libro electrónico.* i c o P u l i c a d o o r l a S u r e m a C o r t e d e J u s t i c i a d e l a a c i n P r i m e r a d e i n
- (C o o r d i n a d o r . 2 1 a . *Enciclopedia jurídica de México. Tomo III. Normas rectoras y electorales. Siglos XIX-XXI. Volumen 4.* i c o d t a d o o r e l I n s t i t u o e l i s a r i o o m n e . S e m a d o d e l a e l i c a . P r i m e r a d e i n
- (C o o r d i n a d o r . 2 1 . *Enciclopedia jurídica de México. Tomo III. Normas rectoras y electorales. Siglos XIX-XXI. Volumen 5.* i c o d t a d o o r e l I n s t i t u o e l i s a r i o o m n e . S e m a d o d e l a e l i c a . P r i m e r a d e i n
- (C o o r d i n a d o r . 2 3 *Enciclopedia Jurídico Electoral de México (V tomos).* i c o d t a d o o r e l r i u n a l l e c t o r a l d e l P o d e r J u d i c i a l d e l s t a d o d e J a l i s c o e l r i u n a l l e c t o r a l d e P o d e r J u d i c i a l d e l a e d e r a c i n l a i s c a l a s e c i a l i a d a r a l a t e n c i n d e e l i t o s l e c t o r a l e s l a n i e r s i d a d d e u d a l a r a . P r i m e r a d e i n
- D E I N E P A C . *Diccionario Electoral del Instituto Nacional de Estudios Políticos Asociación Civil.* e r s i n e l e c t r i c a , i m d e I n t e r n e t . a d d e c i o n a r i o i r e . o r c o n s u l t a d e l 1 d e o c t u r e d e 2 1 1 .
- l a s u i , d n u n d o C o o r d i n a d o r . 1 . *Estudio Teórico Práctico del Sistema de Medios de Impugnación en Materia Electoral.* i c o d t . C e n t r o d e C a a c i t a c i n J u d i c i a l l e c t o r a l . S e u n d e d e i n
- m m e r i c , s t a o r r e s t o C o o r d i n a d o r . 2 . *Situación de la democracia en México.* i c o d t . n i e r s i d a d u n o m a e t r o d i t a m . P r i m e r a d e i n
- *Enciclopedia Jurídica Latinoamericana. Tomo VII. 2 .* i c o d t . P o r r a I n s t i t u o d e I n e s t i a c i o n e s J u d i c a s . P r i m e r a d e i n
- m e a r a , C i r i a n o 2 . *Teoría general del proceso.* i c o d t . f o r d c i m a e d e i n
- u e r l e a C o n t r , J e a n P a u l 2 . *Derecho Contencioso Electoral.* i c o d t . P o r r a . P r i m e r a e d e i n

¹² e s u l t a r a c o n t r a r i o a u n e f e c t i o a c c e s o a l a j u s t i c i a i m e d r e s a c u d r a u n a s e u n d a i n s t a n c i a e n d o l o s a r t i d o s d t i c o s u d e n e l a c t u a l s i s t e m a .

- *Justicia Electoral. 2.2 INTERÉS DIRECTO PARA PROMOVER MEDIOS DE IMPUGNACIÓN. REQUISITOS PARA SU SURTIMIENTO. Justicia Electoral. e ista del ri ual lect oral del Poder Judicial de la e eraci n s ule m e n t o , a o 2 3 i m a 3 .*
- *12.2 . DESISTIMIENTO EN JUICIO DE REVISIÓN CONSTITUCIONAL ELECTORAL, CUANDO SE CONTROVIERTE EL RESULTADO DE COMICIOS. EL FORMULADO POR EL PARTIDO ACTOR ES INEFICAZ, SI EL CANDIDATO NO CONSENTIÓ LA PERENCIÓN DE LA INSTANCIA (LEGISLACIÓN DE PUEBLA Y SIMILARES). Jurisprudencia y Tesis Relevantes 1997-2005. Compilación Oficial. ri ual lect oral del Poder Judicial de la e eraci n i m a s 1 1-1.*
- *re no r uill o o d i o 2 11 Elementos de Justicia Electoral en México. i c o d t. Se m a d o d e l a e l i c a. Primera e d c i n*
- *roco em e , J. Jes s. El contencioso electoral en América Latina. ersi n electr i c a. i m a d e I n t e r r e t t t i i d e d e c r c o n u n i d a d e s r e d e l e c t o r a l d o s r e d u l i r e a r a t a d o C o n t e n i o s o 2 l e c t o r a l. t m, c o n s u l t a d a e l 1 d e u n o d e 2 11.*
- *alle a e l a, J o s . 1 . Derecho procesal civil. i c o d t. a r l a. S t i m a e d c i n.*
- *Pal o m a r d e i u e l, J u a n 1 . Diccionario para juristas. i c o d c i p r e s a o Primera e d c i n*
- *Peri d o o f i c i a l 1 s t a d o d e J a l i s c o . d e 1 d e a g o s t o d e 2 2 n u m e r o 1 , s e c c i o n I I , t o m o C C C I I .*
- *. e a l c a d e m i a s a d a. 2 3 Diccionario de la lengua española. s a a. d t. s a s a C a l e, S. . i s i m a s e u n d e d e l n d e l e c t r i c a. e r s i n 1 .*
- *es i s I I I . VOTOS EN LO INDIVIDUAL, EL TRIBUNAL LOCAL CARECE DE FACULTADES PARA ANULARLOS (LEGISLACIÓN DEL ESTADO DE PUEBLA). Justicia Electoral. e ista del ri ual lect oral del Poder Judicial de la e eraci n s ule m e n t o 3 a o 2 , i m a s*
- **VIII. LEGISLACIÓN.**
- *C d o d e l e c c i o n e s . d e P a r t i c i p a c i o n C i u d a d a n a C i a a s .*
- *C d o d e I n s t i t u i c i o n e s . P r o c e d i m i e n t o s , l e c t o r a l e s a r a e l s t a d o d e C a m e c e e .*
- *C d o d e I n s t i t u i c i o n e s . P r o c e d i m i e n t o s , l e c t o r a l e s a r a e l s t a d o d e a m a t o*
- *C d o d e I n s t i t u i c i o n e s . P r o c e s o s l e c t o r a l e s d e l s t a d o d e P u l a .*
- *C d o l e c t o r a l d e l s t a d o d e n s c a l i e n e s .*
- *C d o l e c t o r a l d e l s t a d o d e i c o*
- *C d o l e c t o r a l d e l s t a d o d e i r e . S o e r a n o d e o r e l o s .*
- *C d o l e c t o r a l a r a e l s t a d o d e S o n o r a .*
- *C d o l e c t o r a l a r a e l s t a d o d e e r a c r u d e I m c i o d e a l a e .*
- *C d o l e c t o r a l d e P a r t i c i p a c i o n C i u d a d a n a d e l s t a d o d e J a l i s c o*
- *C o n s t i t u i n P d t i c a d e l o s s t a d o s n i d o s e i c a n o s .*
- *C o n e r i n m e r i c a n a S o r e e r e c o s u n a n o s .*
- *e c l a r a c i n m e r i c a n a d e l o s e r e c o s e e r e s d e l o m r e .*

- eclaraci n n ersal de los erec os una nos.
- e de Instit uci ones Pr oedmie nt os lect orales de a a Calif orna.
- e de J sticia lect oral del sta do de ic ac n de cam o.
- e de J sticia lect oral ara el sta do de a arit.
- e de ed os de Im u mci n lect orales de ama li as.
- e de ed os de Im u mci ne n ateria lect oral del sta do de or tar o.
- e de ed os de Im u mci ne n ateria lect oral del sta do de a asc o.
- e de ed os de Im u mci ne n ateria lect oral ara el sta do de la cala.
- e de ed os de Im u mci ne n ateria lect oral de Partici aci n Ci u da n ara el sta do de u a n o.
- e de ed os de Im u mci ne n ateria P d tic o lect oral de Partici aci n Ci u da n del sta do de C a ula de ara o a.
- e del Sistema de ed os de Im u mci n lect oral del sta do de acatecas.
- e del Sistema de ed os de Im u mci ne n ateria lect oral del sta do de orrer o.
- e del Sistema de ed os de Im u mci ne n ateria lect oral del sta do de wat n.
- e del Sistema de ed os de Im u mci ne n ateria lect oral ara el sta do de a a Calif orna S u.
- e lect oral del sta do de C i a a.
- e lect oral del sta do de u o e n.
- e lect oral del sta do de Sa n us P d os.
- e lect oral del sta do de Si m l a.
- e statal de ed os de Im u mci ne n ateria lect oral i d l o.
- e statal de ed os de Im u mci ne n ateria lect oral u rta n o o.
- e statal del Sistema de ed os de Im u mci ne n ateria lect oral C dima .
- e e rral del Sistema de ed os de Im u mci ne n ateria lect oral.
- e e rral del Sistema de ed os de Im u mci ne n ateria lect oral ara el sta do de a aca.
- e Pr oesal lect oral ara el istrit o e d ral.
- Pact o l rter mci omal de erec os Ci iles P d tic os.